



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA ROSA EM 09.07.2015

Aos 9 dias do mês de julho de 2015, compareceu à sede da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003382-43.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular CLÁUDIO ROBERTO OST, pela Diretora de Secretaria IVONE CATARINA LAVALL e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 26.07.1963

Data da última correição realizada: 13.11.2014

Jurisdição: Alecrim, Alegria, Campinas das Missões, Cândido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Giruá, Horizontina, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, Senador Salgado Filho, São José do Inhacorá, São Paulo das Missões, Três de Maio, Tucunduva, Tuparendi, Ubiretama.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 09.07.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa pertence à 70ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende duas vagas de zoneamento.

##### 2.1.2 Juízes Atuais

Juiz(a)	Situação	Período
Cláudio Roberto Ost	Juiz Titular	Desde 19.03.2013



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	<b>Juíza Substituta Zoneada</b>	Desde 11.03.2013
<b>Átila da Rold Roesler</b>	<b>Juiz Substituto Zoneado</b>	Desde 13.04.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.015)

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz(a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>Cláudio Roberto Ost</b>	Desde 19.03.2013	<b>Juiz Titular</b>	-
1	<b>Nelsilene Leão de Carvalho Dupin</b>	06.02 a 07.03.14 (30d) (sem pauta)	Juiz Titular em férias	30 dias
2	<b>Jaqueline Maria Menta</b>	10 a 21.03.14 (12d)	Juíza Auxiliar	17 dias
		24 a 28.03.14 (05d)	Afastamento do Juiz Titular para proferir sentenças de seu resíduo	
3	<b>Kelen Patrícia Bagetti</b>	14.07 a 12.08.14 (30d) sem pauta	Juiz Titular em férias	60 dias
		09.02 a 10.03.15 (30d) sem pauta		

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2015)

### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o período correcionado

	Juiz(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>Titular</b>	<b>Cláudio Roberto Ost</b>	Férias	06.02 a 07.03.2014 (30d)	95 dias
			14.07 a 12.08.2014 (30d)	
			09.02 a 10.03.2015 (30d)	
		Desconvocação para proferir sentenças do resíduo	24 a 28.03.2015 (05d)	

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 22.06.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

	Servidor(a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Ivone Catarina Lavall	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b> (desde 16.06.1998)	20.07.1988
2	Gabriela Binotto Piaia	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	07.01.2014



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

*	Cristina Weizenmann	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	09.09.2013
3	Adauto Zago	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	02.08.2005
4	Ivana Brizzi Kunzler	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	04.04.2014
5	Amanda Backer	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	06.05.2013
6	Dirlei Veneral De Oliveira	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	04.08.2008
**	Paulo Grzeca	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	08.07.1994
7	Viviane Baumgart	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	22.04.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.06.2015)

\* Servidor exerce Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05), não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

\*\* Servidor classificado como "excedente" pela SEGESP

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
656 processos	De 501 a 750	7 servidores	7 a 8 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa está **adequado** à quantidade prevista na referida norma.

## 2.2.3 Afastamento dos Servidores

Servidor(a)	Motivo	Dias de	Total
-------------	--------	---------	-------



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Afastamento			
Ivone Catarina Lavall (desde 16.06.1998)	Curso ou Evento	7 dias	14 dias
	Curso Parcial	5 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (Odonto)	2 dias	
Gabriela Binotto Piaia	Curso ou Evento	7 dias	9 dias
	Curso Parcial	2 dias	
Adauto Zago	Curso ou Evento	3 dias	7 dias
	Curso Parcial	2 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	
	Licença para Tratamento de Saúde (Odonto)	1 dia	
Amanda Backer	Curso ou Evento	2 dias	7 dias
	Curso Parcial	3 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2 dias	
Dirlei Veneral De Oliveira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1 dia	1 dia
Paulo Grzeca	Curso ou Evento	2 dias	29 dias
	Curso Parcial	3 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	23 dias	
	Licença para Tratamento de Saúde (Odonto)	1 dia	
Viviane Baumgart	Curso ou Evento	1 dia	3 dias
	Curso Parcial	2 dias	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.06.2015)

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Diogo Allram da Silva *	02.08.2013	09.11.2014	1 ano, 3 meses e 7 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.06.2015)

\* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

## 2.2.5 Estagiários

Estagiário	Curso em Andamento	Período
1 Vanderson Gervasio da Silva	Superior em Direito	03.02.2015 a 02.08.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.06.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares durante o período correccionado

Juiz	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Cláudio Roberto Ost Juiz Titular	-	-	8 horas	8 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.06.2015)

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores

Servidor(a)	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
Ivone Catarina Lavall	108,5 horas	8 horas	10,5 horas	127 horas
Gabriela Binotto Piaia	20 horas	28 horas	47,5 horas	95,5 horas
Cristina Weizenmann	-	8 horas	21 horas	29 horas
Adauto Zago	32 horas	8 horas	49 horas	89 horas
Ivana Brizzi Kunzler	30 horas	-	396 horas	426 horas
Amanda Backer	-	28 horas	110 horas	138 horas
Dirlei Veneral De Oliveira	-	8 horas	25 horas	33 horas
Paulo Grzeca	20 horas	28 horas	68,5 horas	116,5 horas
Viviane Baumgart	-	28 horas	27,5 horas	55,5 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.06.2015)

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Situação	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	771	719	-6,74%	812	12,93%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	126	121	-3,97%	92	-23,97%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.406	1.386	-1,42%	1.311	-5,41%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	67	25	-62,69%	67	168,00%
<b>Total</b>	<b>2.370</b>	<b>2.251</b>	<b>-5,02%</b>	<b>2.282</b>	<b>1,38%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

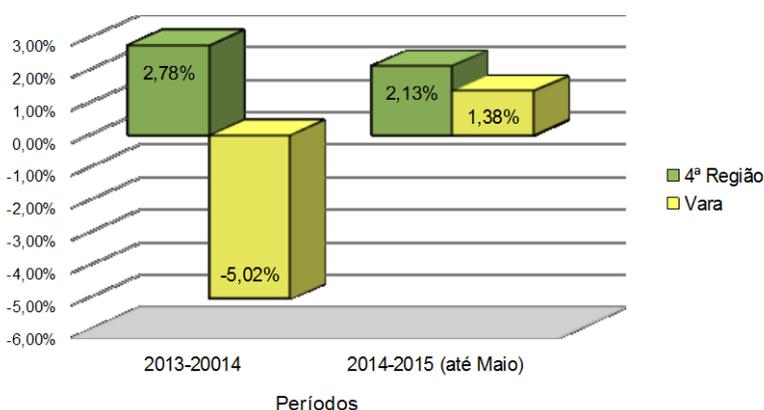
\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve redução de 5,02% de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano de 2013, tendo contribuído para esse resultado, em especial, a fase de conhecimento e a fase de execução, que apresentaram decréscimo de 52 e 20 processos, respectivamente. A fase de liquidação também apresentou redução de 5 processos, no período, verificando-se, igualmente, redução do estoque de cartas precatórias. A redução do acervo de processos na Unidade Judiciária em 2014 é elogiável, considerando que na média regional verificou-se aumento de 2,78% no período.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos pendentes de solução



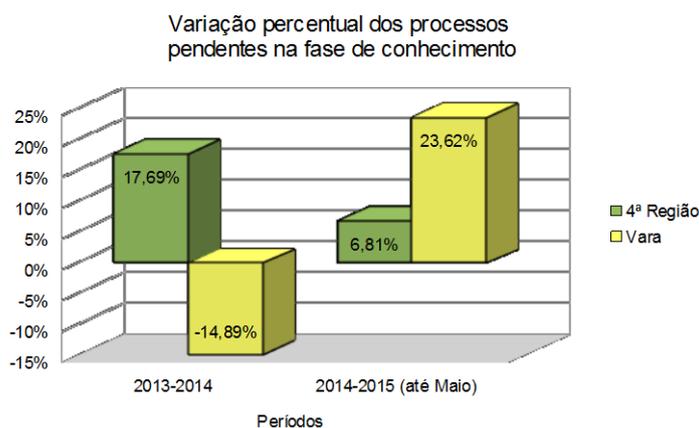
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Casos novos	604	727	20,36%	384	-47,18%
Sentença Anulada/Reformada	8	3	-62,50%	1	-66,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	654	885	35,32%	291	-67,12%
Processos pendentes de solução	403	343	-14,89%	424	23,62%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se redução de 14,89% do estoque de processos pendentes da fase de conhecimento, em relação ao período anterior, contribuindo para o resultado o aumento de 35,32% no número de processos solucionados em relação ao ano de 2013. A Unidade Judiciária apresentou melhor desempenho do que o registrado pela média regional em 2014, conforme apontado no gráfico a seguir.



Verifica-se que a maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguardam encerramento da instrução processual. Destaca-se o baixo número de processos aguardando prolação de sentença no prazo e a redução significativa do número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

<b>Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	68	83	22,06%	148	78,31%
Aguardando encerramento da instrução	175	161	-8,00%	196	21,74%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	34	32	-5,88%	59	84,38%



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	126	67	-46,83%	21	-68,66%
<b>TOTAL</b>	<b>403</b>	<b>343</b>	<b>-14,89%</b>	<b>424</b>	<b>23,62%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

### 3.2.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	43,52%	21,89%	-49,71%	60,03%	174,24%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	65,93%	48,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior+processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 21,89% no ano de 2014, constatando-se redução de 49,71% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio regional em 22,44 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos solucionados

Fase de conhecimento							
Solução		2013		2014		2015	
		Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Com exame de mérito	Conciliação	207	31,65	287	32,43	87	29,9
	Julgado procedente	29	4,43	56	6,33	11	3,78
	Julgado procedente em parte	253	38,69	331	37,4	135	46,39
	Julgado improcedente	100	15,29	135	15,25	34	11,68
	Extinto	0	0	9	1,02	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	16	2,45	15	1,69	6	2,06
	Arquivamento (art. 844 CLT)	41	6,27	38	4,29	15	5,15
	Desistência	7	1,07	9	1,02	3	1,03
	Outras decisões	1	0,15	5	0,56	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>654</b>	<b>100</b>	<b>885</b>	<b>100</b>	<b>291</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

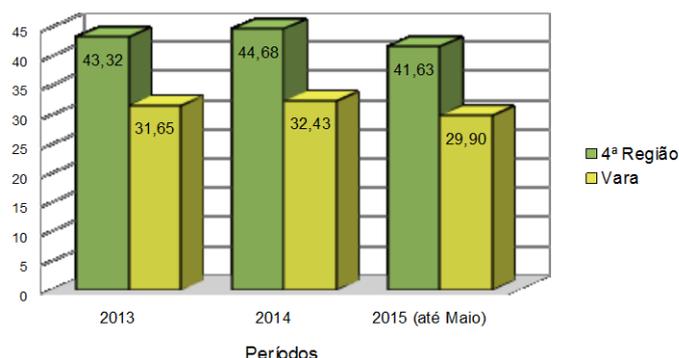


PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se aumento de 231 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 35,32%. Esse índice se mostra bastante superior à média regional, na qual, em 2014, observou-se queda de 2,67% no número de processos solucionados.

Excluídas as homologações de acordo, foram proferidas 382 decisões com resolução de mérito em 2013 e 531 decisões em 2014, refletindo um aumento de 39,01%, enquanto na média regional verificou-se redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito. E, em que pese majorado o número de homologações de acordo (de 207 em 2013 para 287 em 2014), o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados manteve-se praticamente inalterado. Além disso, o percentual de conciliação em relação ao total de processos solucionados da Unidade mantém-se abaixo da média regional, conforme especificado no quadro abaixo.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Iniciadas	343	340	-0,87%	109	-67,94%
Encerradas	411	321	-21,90%	127	-60,44%
Pendentes	124	118	-4,84%	90	-23,73%
Em Arquivo Provisório	10	11	10,00%	2	-81,82%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação diminuiu de 124 em 2013 para 118 em 2014, representando redução de 4,84%. Houve redução de 21,90% no percentual de liquidações encerradas no ano de 2014 e queda de 0,87% no percentual de liquidações iniciadas no período.

#### 3.3.2 Taxa de congestionamento\*



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de liquidação					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	27,13%	30,82%	13,61%	44,05%	42,94%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	62,42%	41,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - [\text{número liquidações encerradas} / (\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas})]$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 30,82% no ano de 2014, constatando-se aumento de 13,61% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio regional em 13,34 pontos percentuais.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até maio)	Variação 2014- 2015
Entradas	Iniciadas	612	406	-33,66%	184	-54,68%
	Desarquivadas para prosseguimento	21	572	2623,81%	64	-88,81%
Saídas	Encerradas	515	429	-16,70%	188	-56,18%
	Arquivadas Provisoriamente	146	115	-21,23%	19	-83,48%
Pendentes	Exclusivamente de crédito previdenciário	8	7	-12,50%	29	314,29%
	Demais	647	513	-20,71%	472	-7,99%
	<b>Total</b>	<b>655</b>	<b>520</b>	<b>-20,61%</b>	<b>501</b>	<b>-3,65%</b>
Saldo no arquivo Provisório		1.922	1.247	-35,12%	1.191	-4,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária apresentou redução de 16,70% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, índice inferior à média do regional, onde verificada queda de apenas 5,57% no mesmo período. Houve redução de 33,66% no número de execuções iniciadas em 2014, em relação ao ano anterior.

Em decorrência, a Unidade Judiciária diminuiu o estoque de execuções pendentes em 135 processos, o que corresponde à redução de 20,61% em relação ao saldo do ano anterior, enquanto na média regional houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### 3.4.2 Taxa de congestionamento\*

Fase de execução (sem arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	64,65%	59,57%	-7,87%	73,30%	23,05%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	85,69%	21,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 59,57% no ano de 2014, constatando-se redução de 7,87% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 11,24 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	84,98%	85,62%	0,75%	90,36%	5,54%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	91,84%	8,16%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de execução, ficou em 85,62% no ano de 2014, constatando-se ligeiro aumento de 0,75% em relação ao índice do ano anterior. A taxa de congestionamento da Unidade em 2014 é 0,71 pontos percentuais maior que a média verificada da 4ª Região.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	239	173	-27,62%	45	-73,99%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	155	149	-3,87%	112	-24,83%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	2.081	1.943	-6,63%	1836	-5,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou **01** processo com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedores inscritos no BNDT.

Processo	Situação Processual	Histórico BNDT
0000742-50.2012.5.04.0751	Em 16/10/2014 foi lançado no inFOR o andamento “extinta a execução” e, em 22/10/2014, o andamento “arquivado definitivamente”.	A reclamada Nelson Gomes & Cia. Ltda. foi incluída no BNDT em 11/12/2013, com a informação “sem garantia”.

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 29.06.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	2013			2014			2015 (até maio)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	92	85	28	116	117	25	55	68	22
Antecipações de tutela	56	9	56	105	72	39	67	65	54
Impugnações à sentença de liquidação	23	9	20	15	21	10	7	5	12
Embargos à execução	118	65	63	113	146	39	39	39	40
Embargos à arrematação	1	1	1	0	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	1	0	1	0	1	0	0	1
Exceções de pré-executividade	7	2	4	4	6	2	0	1	0
<b>Total</b>	<b>297</b>	<b>172</b>	<b>172</b>	<b>354</b>	<b>363</b>	<b>116</b>	<b>168</b>	<b>178</b>	<b>129</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

Analisando os dados do quadro acima, constata-se acréscimo do número de incidentes recebidos no ano de 2014, na comparação com o ano anterior, tendo aumentado consideravelmente o número de incidentes julgados. Destaca-se a redução de 56 incidentes pendentes de julgamento (de 172 em 2013 para 116 em 2014).

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

Processos Físicos	
Processo	Situação
0000039-90.2010.5.04.0751	Em 26/05/2014 foi registrado no inFOR o protocolo de Embargos de Declaração pelo reclamado. Em 28/05/2014 foi publicado despacho que não recebeu os Embargos de Declaração. Não houve registro de baixa/julgamento do incidente, permanecendo pendente junto ao e-Gestão.
0001068-44.2011.5.04.0751	Em 21/08/2014 foi registrado protocolo de Embargos à Penhora. Em 25/08/2014 foi publicado despacho não acolhendo o postulado. Não houve registro de julgamento do incidente, que segue pendente junto ao e-Gestão.
PJe	
Processo	Situação
0020255-33.2014.5.04.0751	Em 07/10/2014 foi registrado protocolo de documento tipo "Impugnação à sentença de liquidação". Em 04/11/2014 foi lançado no sistema decisão que julga líquida a condenação. Como não houve baixa (ainda que meramente formal) do incidente de "impugnação à sentença de liquidação" permanece pendente junto ao e-Gestão.
0020002-45.2014.5.04.0751	Em 07/01/2014 foi ajuizada ação no sistema PJe, com registro de pedido liminar/antecipação de tutela (devolução da CTPS em 48 horas). Em 07/01/2014 foi proferido "despacho de mero expediente" que acolheu em parte o pedido. Não houve registro de julgamento do incidente, permanecendo pendente junto ao e-Gestão.

(Fonte: Consulta aos Sistemas inFOR e PJe em 25.06.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais nos sistemas informatizados.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

Prazos médios (em dias)					
	2013	2014	Variação%	2015	Variação%



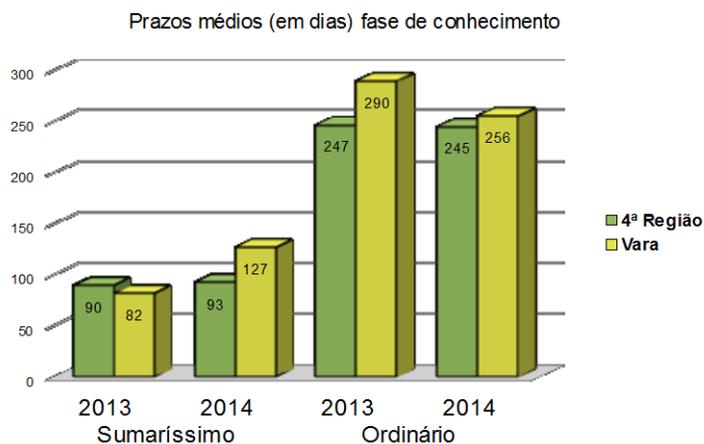
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

		2013-2014 (até maio)			2014-2015	
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	81,8	127,14	55,42%	136,48	7,35%
	Ordinário	290,02	255,91	-11,76%	214,82	-16,06%
	Total	275,1	251,53	-8,57%	211,28	-16,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

Em 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação até a prolação de sentença alcançou 127,14 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, equivalendo a um aumento de 55,42% em relação à média do ano anterior. Nas ações ordinárias, o lapso de tramitação processual foi, em média, de 255,91 dias, sendo 11,76% mais célere na comparação com 2013.

Na comparação com os prazos aferidos, em média, na 4ª Região (92,57 dias nos processos sumaríssimos e 245,25 dias nas ações ordinárias), o prazo da Unidade, em 2014, foi mais moroso 37,34% e 4,35%, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	136,5	141	3,30%	27	-80,85%
	Ordinário	230,04	133,82	-41,83%	124,49	-6,97%
	Total	229,08	133,94	-41,53%	123,67	-7,67%

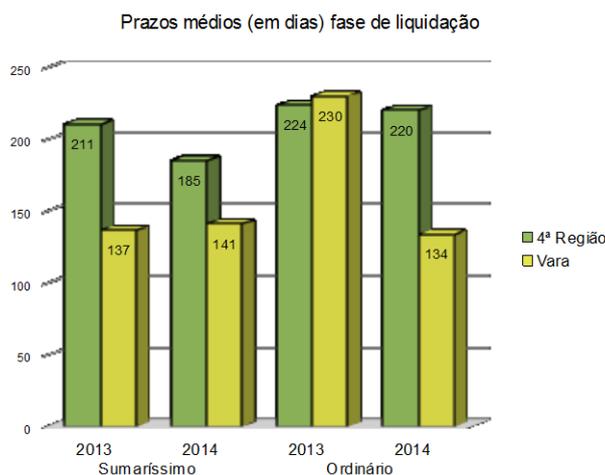
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, apresentou redução média total de 41,53% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 141 dias e nas ações ordinárias, 133,82 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se abaixo do prazo médio regional, sendo mais célere em 23,70% e 39,20% nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente Privado	384,19	564,64	46,97%	615,94	9,08%
	Ente Público	649,97	789,43	21,46%	410,27	-48,03%
	Total	402,54	600,75	49,24%	600,75	0,00%

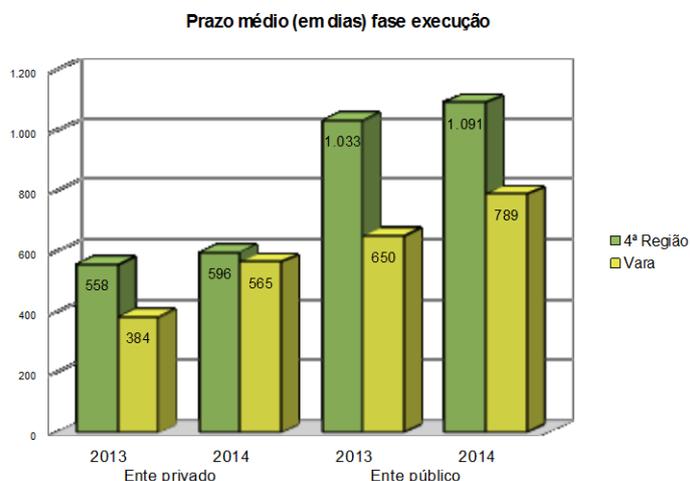
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

O prazo de tramitação processual na fase de execução aumentou na Unidade Judiciária. Em 2014, o prazo médio de tramitação foi de 600,75 dias, o qual foi 49,24% maior do que o prazo do ano anterior, o que merece atenção.

Na comparação com os dados da 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que os prazos de tramitação na Unidade Judiciária são inferiores à média regional em 5,31% nos processos em que o executado é ente privado, e 27,64% quando o executado é ente público.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**



## **5 METAS**

### **5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.1.1. Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

<b>META 1/2014 CNJ</b>			
Distribuídos até 31.12.2014	Solucionados até 31.12.2014	%	Resultado
727	885	<b>121,73%</b>	<b>Meta já cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

<b>META 2/2014 CNJ</b>			
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011</b>			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
93	93	100,00%	<b>Meta cumprida</b>
<b>Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012</b>			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
397	389	97,98%	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

META 5/2014 CNJ		
Tipo de execução	% de redução/aumento do congestionamento	Resultado
Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	-10,33%	<b>Meta não cumprida</b>
Execução Fiscal	-14,29%	

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.05.2015	Solucionados até 31.05.2015	%	Resultado
384	291	<b>75,78%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>

**5.2.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	346
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	11
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	320

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

<b>META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013</b>	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até maio)
<b>106,3%</b>	<b>Meta cumprida*</b>

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.2.3 - Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

<b>META 5/2015 CNJ</b>			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.05)	Execuções baixadas* em 2015 (até 31.05)	Grau de Cumprimento	Resultado
184	263	<b>142,93%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta</b>

\*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

<b>META 6/2015 CNJ</b>	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado
0	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

<b>META 7/2015 CNJ</b>			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (até 31.05.2015)	Meta de processos para 31.12.2015
1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda.	3	4	<b>2</b>
2º) Estado do Rio Grande do Sul	10	8	<b>9</b>
3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	8	4	<b>7</b>



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	14	11	<b>13</b>
5º) União	11	5	<b>10</b>
6º) Oi S.A.	10	4	<b>9</b>
7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	5	<b>10</b>
8º) Caixa Econômica Federal - CEF	5	4	<b>4</b>
9º) Banco do Brasil S.A.	12	4	<b>11</b>
10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição	0	0	<b>0</b>

### 5.2.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 – até 31.05	Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015	Resultado parcial
228,17	251,53	211,28	249,01	<b>Período de apuração insuficiente para verificar seu cumprimento</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.05)	Meta para 2015	Resultado Parcial
Total de acordos	207	287	247	87	<b>250</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar seu cumprimento</b>
Média mensal de acordos	17,25	23,92	20,58	29	<b>20,83</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas-feiras à tarde. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	6 (I) 1 (U) 5 (P)	6 (I) 1 (U) 5 (P)	6 (I) 1 (U) 5 (P)	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 09.07.2015)

**Legenda:**

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última data marcada	Próxima data livre
Inicial	28.09.2015	28.09.2015
Una Sumaríssimo	27.07.2015	27.07.2015
Instrução	25.01.2016	09.12.2015
Tentativa de acordo em execução	* Se necessário, incluído em pauta breve	

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 09.07.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação% 2013-2014	2015 (até maio)	Variação% 2014-2015
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	Sumaríssimo	40,16	49,4	23,00%	68,51	38,68%
	Ordinário	48,28	58,93	22,07%	74,75	26,83%
	Total	48,08	58,65	21,97%	74,41	26,88%

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 23.06.2015)

\* Férias do magistrado de 17.08.2015 a 15.09.2015 (sem marcação de pauta).

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 49,4 dias, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e de 58,93 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento médio total de 21,97%. Ultrapassaram a média considerada como adequada (até quarenta dias) para unidades desse porte. Os números parciais de 2015 apontam tendência de ampliação desses prazos, o que merece atenção.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis. Em consulta ao livro pauta na data da inspeção, em 09.07.2015, foi constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a 18 dias nos processos e 79 dias, nas ações ordinárias.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 09.07.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas para dali a 150 dias, prazo melhor do que aquele que se tem por adequado para unidades com semelhante movimentação processual (de até 180 dias).

#### 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz	Audiências Realizadas - 2014				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Cláudio Roberto Ost	578	298	25	9	<b>910</b>
Jaqueline Maria Menta	43	28	8	0	<b>79</b>
<b>TOTAL</b>	<b>621</b>	<b>326</b>	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>989</b>

Juiz	Audiências Realizadas - 2015				Total
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Cláudio Roberto Ost	180	95	10	4	<b>289</b>
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>95</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>289</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

#### 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

#### 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Magistrados	Solucionados - 2014		
	Com Exame de Mérito	Sem Exame de Mérito	Total de processos



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		solucionados
Cláudio Roberto Ost	212	381	0	593	60	<b>653</b>
Eduardo Batista Vargas	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Jaqueline Maria Menta	28	15	0	43	4	<b>47</b>
Kelen Patrícia Bagetti	2	0	0	2	1	<b>3</b>
Nelsilene Leão De Carvalho Dupin	1	9	0	10	2	<b>12</b>
Valtair Noschang	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Juiz não informado (*)	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>243</b>	<b>408</b>	<b>0</b>	<b>651</b>	<b>67</b>	<b>718</b>
<b>Solucionados - 2015</b>						
Magistrados	Com Exame de Mérito				Sem Exame de Mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Cláudio Roberto Ost	75	180	0	255	20	<b>275</b>
Kelen Patrícia Bagetti	12	0	0	12	4	<b>16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>180</b>	<b>0</b>	<b>267</b>	<b>24</b>	<b>291</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.06.2015)

(\*) O Sistema e-Gestão, na data da consulta, não retornou valores com o nome do juiz

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

<b>CLÁUDIO ROBERTO OST</b>		
<b>Processos de Cognição – Rito Ordinário</b>		
(Conclusão mais antiga: 11.03.2015) 0020656-32.2014.5.04.0751*	0020089-64.2015.5.04.0751*	0020605-21.2014.5.04.0751*
0020709-13.2014.5.04.0751*	0020424-20.2014.5.04.0751*	0020612-13.2014.5.04.0751*
0020540-26.2014.5.04.0751*	0020584-45.2014.5.04.0751*	0020606-06.2014.5.04.0751*
0020543-78.2014.5.04.0751*	0020595-74.2014.5.04.0751*	0020597-44.2014.5.04.0751*
0020426-87.2014.5.04.0751*	-	-
<b>Total: 13 processos</b>		

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 06.07.2015)

\* Processos pendentes de sentença na data da Correição, julgados posteriormente

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

A 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa adota o critério da distribuição do trabalho em sistema misto (por tarefas e por carteira), tanto nos processos que tramitam por meio físico quanto nos processos eletrônicos. O atendimento ao balcão é realizado, na parte da manhã, pelo estagiário e, à tarde, por Amanda.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

No final da tarde, a CCDF remete para a Unidade Judiciária o protocolo do dia (inclusive das petições recebidas pelo sistema VIPE). Incumbe ao estagiário a localização dos autos e lavratura dos termos de juntada das petições recebidas. Ivone efetua a análise de petições e minuta de despachos do protocolo realizado em meio físico, a certificação do prazo e minuta dos despachos respectivos, bem como o exame dos processos que retornam do TRT. As notificações são expedidas pelo estagiário. Os cumprimentos da sala de audiências são efetuados pela secretária de audiência, Ivana. Os ofícios são expedidos por todos, à medida em que há necessidade. Já os cumprimentos da fase de execução são efetuados por Paulo, Dirlei e Amanda, que expedem mandados de citação, RPV's, Precatórios e Alvarás. Incumbe a Amanda o recebimento e expedição de malotes, bem como a remessa dos processos ao TRT. Os convênios Bacen Jud, Infojud e Renajud são manejados por Ivone, sendo que Aauto, Dirlei e Paulo também tem acesso ao InfoJud e RenaJud.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES**

Em dia.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS**

Em dia.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS**

Na data da inspeção, estavam sendo expedidos mandados determinados em despachos publicados no dia anterior.

### **7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS**

Em dia.

### **7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Em dia.

### **7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S**

Em dia.

### **7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES**

Em 24 horas.

### **7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na data da inspeção, estavam sendo lançadas minutas de despacho nos processos que tiveram petições protocoladas no dia anterior.

## **7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

O prazo é certificado em blocos de dez em dez dias. Na data da correição, estava sendo examinado o prazo vencido até de 20 a 30.06.2015.

## **7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

É realizada duas vezes por semana. Estava em dia.

## **7.11 CONVÊNIOS**

BacenJud é realizado semanalmente. Os demais convênios são consultados de acordo com a necessidade. Estava em dia.

## **7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

Como regra, o arquivamento de processos é realizado semanalmente ou, na pior das hipóteses, ao final do mês é sempre zerado. No dia da inspeção, estava em dia, com pendências da própria semana.

## **7.13 EXAME DOS LIVROS**

### **7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias**

Em consulta ao Sistema inFor, em 02.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com advogados com prazo vencido há mais de 10 dias.

### **7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias**

Em consulta ao Sistema inFor, em 02.07.2015, verificou-se que não há processos em carga com peritos com prazo vencido há mais de 10 dias.

### **7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias**

Em consulta ao Sistema inFor, em 02.07.2015, verificou-se que não há mandados a serem cumpridos por oficiais de justiça com prazo vencido há mais de 10 dias.

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 27.05.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>Processo nº 0000623-60.2010.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Liquidação. <b>Aspectos formais:</b> Registro de devolução de carga na secretaria (fl. 234) sem identificação do servidor e respectivo cargo; Ausência do registro da data da devolução da carga da fl. 301; Segundo reclamado foi absolvido (sentença à fl. 220), não tendo, após retorno dos autos do TRT em 06.04.2015, sido excluído dos registros do feito, com retificação da autuação. <b>Movimentação processual:</b> Processo concluso para sentença por mais de 50 dias: autos encaminhados à conclusão em 11-12-2013 (fl. 214-v) e sentença proferida em 09-08-2014 (fls. 215-21).	
2	<b>Processo nº 0009400-68.2009.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Não foi observado o procedimento correto para tornar sem efeito a certidão da fl. 300-v. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
3	<b>Processo nº 0000689-06.2011.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> No andamento “Petição protocolada” (lançamento 123) constou no complemento “EMBARGOS À EXECUÇÃO/PENHORA–apresentação”, quando o correto seria “CONTRARRAZÕES/contraminuta/CONTESTAÇÃO - apresentação” (fls. 524-7), alterando os dados do e-Gestão; Não foi certificado o decurso do prazo constante da notificação da fl. 530, sem que o exequente tivesse recorrido da sentença proferida às fls. 528-9. <b>Movimentação processual:</b> Sem apontamentos.	
4	<b>Processo nº 0001129-65.2012.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios das fls. 328-35; Termo de juntada à fl. 372 sem identificação do cargo e função do subscritor; Documento de tamanho reduzido acostado à fl. 381-v não foi quantificado, numerado e rubricado. <b>Movimentação processual:</b> sem apontamentos.	
5	<b>Processo nº 0000329-37.2012.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Liquidação. <b>Aspectos formais:</b> Ausência de numeração na margem direita inferior dos autos provisórios juntados às fls. 379-38; Ausência de termo de juntada da ata de audiência da fl. 440, tampouco constando, nesta, sua juntada no ato. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
6	<b>Processo nº 0000880-17.2012.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Quantificação do documento de tamanho reduzido acostado na fl. 795-v não foi rubricado, tampouco identificado o servidor e respectivo cargo. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
7	<b>Processo nº 0000835-47.2011.5.04.0751</b>
<b>Fase:</b> Execução. <b>Aspectos formais:</b> Registros de devolução de carga na secretaria às fls. 638 e 665 sem identificação do servidor e respectivo cargo; Despacho de 29-08-2014 (fl. 652) foi cumprido em 23.09.2014 (fls. 653-8); Documentos de tamanho reduzido acostados no verso das fls. 655 e 657, quantificados de forma equivocada e, ainda, não foram rubricados e numerados;	



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Termo de juntada à fl. 690-v apresenta espaço em branco. **Movimentação processual:** sem apontamentos.

8

Processo nº 0000924-36.2012.5.04.0751

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Segunda reclamada, excluída da lide (sentença fl. 149), com decisão transitada em julgado, permanece nos registros de autuação do feito (não houve certificação de sua exclusão, apenas lembrete, na aba de cadastro, de que não deve ser notificada). **Movimentação processual:** Decurso do prazo do mandado de citação da fl. 268-9, expirado em 20.11.2014, foi certificado em 12.01.2015 (fl. 270).

9

Processo nº 0000440-21.2012.5.04.0751

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Não foi lançado no inFOR o andamento “Liquidação Homologada” após a decisão que julgou líquida a sentença (fl. 149); Não foi lançado, no inFOR, na aba resumo, a existência de documentos depositados em secretaria (CTPS depositada à fl. 53-v e o expediente em sigilo certificado à fl. 193-v). **Movimentação processual:** Decurso do prazo das notificações das fls. 110-1, expirado em 06.02.2014, foi certificado somente em 06.03.2014 (fl. 112); Despacho de 28-04-2015 (fl. 192) foi cumprido em 21-05-2015 (fl. 193).

10

Processo nº 0032000-88.2006.5.04.0751

**Fase:** Execução. **Aspectos formais:** Termo de juntada à fl. 133-v, não faz referência expressa à procuração juntada aos autos. **Movimentação processual:** sem apontamentos.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

Mediante consulta ao exame da listagem de processos **sem movimentação** há mais de 30 dias, extraída em 22.06.2015 do inFOR, não se verificou irregularidades de andamentos passíveis de apontamento, o que é elogiável.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **é ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice-Corregedoria, constatou-se que **é determinada** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado na Unidade Judiciária em **30.10.2012**.

O trabalho é realizado em regime misto (por tarefas e carteira).

Todos os servidores da Unidade Judiciária estão capacitados para atuar no PJe, embora alguns atuem preponderantemente em processos físicos, que ainda persistem em grande número.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 29.06.2015 e 06.07.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Processos c/petições avulsas	-	**	-	-
C/pedido de tutela não apreciados	-	**	-	-
C/petições não apreciadas	-	<b>05</b>	todos de 09.07.2015	-
c/habilitações não lidas	-	**	-	-
Mandados devolvidos OJ	-	**	-	-
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Último Movimento
Aguardando ciência	Prazo diário	<b>57</b> (todos dentro do prazo)	<u>20465.50.2015</u>	Aguarda decurso do prazo
Aguardando ciência decisão ConPra	Prazo diário	<b>20</b>	<u>20464-02.2014</u>	09.07.2015
Aguardando cumprimento prov	Por prazo - de 5 em 5 dias	<b>68</b>	Pasta mais antiga: "2015-7-10" (processos com prazo de 05 a 10/07/2015)	Aguarda decurso do prazo



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando cumprimento exec.	Por prazo - de 5 em 5 dias, mais duas pastas próprias: - "24 horas" (reclamada) - BacenJud lançado"	<b>42</b>	Pasta mais antiga: "2015-7-10" (processos com prazo de 05 a 10/07/2015)	Aguarda decurso do prazo
Aguardando cumprimento liq.	Por prazo, de 5 em 5 dias	<b>5</b>	Pasta mais antiga: "2015-7-10" (processos com prazo de 05 a 10/07/2015)	Aguarda decurso do prazo
Aguardando término dos prazos	Prazo diário	<b>176</b>	20289-08.2014	09.07.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	-
Controle manual prazo pós sent.	-	<b>01</b>	20540-26.2014	Aguarda decurso do prazo
Controle sobrestamento-suspensão	Subpastas por mês de término da suspensão, bem como uma pasta com processos de empresa específica, que aguarda rateio de execução	<b>17</b>	Todos observam os respectivos prazos	Aguarda decurso do prazo
Prazos vencidos	-	**	-	-
Remeter ao 2º Grau	--	**	-	-
Triagem inicial	-	**	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente. A designação de audiências iniciais é automática, observando a Unidade o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Conforme relata a Diretora de Secretaria, a orientação é de que a triagem inicial seja realizada diariamente pela secretária de audiência. Já o exame de prevenção é efetuado diariamente pela secretaria.

Verificou-se uma excelente gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com organização das pastas e subpastas no interior de cada tarefa, facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

A Unidade efetua gerenciamento e verificação dos agrupadores para controle da movimentação processual. De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a relevância da manutenção desse gerenciamento, como forma de monitoramento dos processos.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT**



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade Judiciária não necessitou de auxílio do SAT no período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa segue sediada em prédio próprio, no qual instaladas as salas de audiência tanto da primeira quanto da segunda Vara do Trabalho do Foro. Tendo em vista o esgotamento do espaço físico, tanto a 2ª Vara do Trabalho, quanto a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados funcionam em prédio locado em frente. Além das dificuldades próprias de instalação das unidades em prédios diversos, há problemas de acessibilidade de cadeirantes à secretaria da Unidade Judiciária. Vem sendo gestiona da possibilidade de doação de terreno para a construção de novo foro da Justiça do Trabalho na região.

Verificou-se que o número de servidores (sete) está **adequado** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 7 a 8), considerando a média trienal.

Todos os servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se média de 123 horas/course por servidor.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu um servidor.

Em relação aos afastamentos, o mais significativo decorreu de licença para tratamento de saúde do servidor Paulo Grzeca (24 dias).

Houve adesão de 5 servidores da Unidade Judiciária ao movimento grevista dos servidores do judiciário federal ocorrido no primeiro semestre de 2014 (de 15.5.2014 a 16.6.2014). Nos demais períodos, não houve adesão às greves.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, reduziu em relação ao ano de 2013 (decréscimo de 5,02%), alcançando 2.251 processos, ao passo que na 4ª Região apurou-se crescimento médio do estoque de processos em tramitação de 2,78%.

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária reduziu 14,89% em 2014, na comparação com 2013, com de 60 processos, apresentando desempenho melhor do que o aferido na 4ª Região, que aumentou 17,69%. Ingressaram 727 casos novos na unidade. O número de processos aguardando prolação de sentença no prazo reduziu de 34 para 32, bem como o número de processos com prazo vencido reduziu de 126 para 67 em 2014.

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária reduziu substancialmente de 43,52% em 2013 para 21,89% em 2014, passando a situar-se abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33%.

A Unidade Judiciária aumentou o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 35,32%, enquanto na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), cresceu 39,01% na Unidade Judiciária em comparação com o ano de 2013, sendo que, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve redução de 4,84% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária, aumentou ligeiramente de 27,13% em 2013 para 30,82% em 2014, permanecendo de qualquer forma abaixo do congestionamento médio apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 16,70% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. Apesar disso, o estoque de processos pendentes da fase de execução diminuiu 20,61%, desempenho superior ao aferido na 4ª Região, que apresentou queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. Esse resultado repercutiu na taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 59,57% em 2014, menor que o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%, no mesmo período.

Observou-se que, em relação às Metas do CNJ, não foi atendida a Meta 05/2014. Cumpridas as Metas 01/2014, 02/2014 e 6/2014. Em relação às Metas de 2015, já foram adimplidas as Metas 02 e 06/2015. Quanto às demais Metas do CNJ (Meta 01, 05 e as específicas para a Justiça do Trabalho), o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se redução média de 8,57% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 127 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 255 dias, menos célere, entretanto, que a aferida, em média, na 4ª Região, onde o prazo médio foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 245 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual alcançou 141 dias nos processos sumaríssimos e 134 dias nas ações ordinárias, mantendo-se abaixo do prazo médio regional, de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, houve majoração de 49,24% no prazo médio de tramitação processual, passando para 565 dias, quando o executado é ente privado, e para 789 dias, quando a execução é contra ente público, o que requer atenção, embora abaixo da média da 4ª Região nas quais apurados prazos médios de 596 e 1.091 dias, respectivamente.

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para as audiências iniciais situou-se ligeiramente acima do lapso que se tem por adequado (até quarenta dias) para unidades desse porte.

Já no pertinente ao prazo para realização das audiências de prosseguimento, na data da inspeção, estava sendo observado o lapso de 150 dias, prazo inclusive melhor do que o parâmetro recomendado para unidades com semelhante movimentação processual (de até 180 dias).



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, vem recebendo atenção pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária, em 2014, vem atendendo aos prazos legais para prática dos atos processuais, o que é elogiável.

## **12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.4.3. (BNDT)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos relacionados no item 3.4.3.
- b) destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, deve ser verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que, em relação aos processos elencados no item 3.5 a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado, lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão.

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.1. (Meta CNJ 1 - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que dados parciais de 2015, colhidos até 31.05.2015, apontam tendência de não cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

### **ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 5 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

### **ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 7 – 2015)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

### **ITEM 5.2.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)**

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

### **ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)**

Recomenda-se que sejam adotadas medidas para reduzir os prazos médios das audiências iniciais de forma a atender ao lapso de quarenta dias, que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se seja mantido o prazo médio que vem sendo observado, não ultrapassando o prazo de até 180 dias, tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

### **ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)**

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) proceda aos lançamentos obrigatórios no inFOR bem como daqueles que importem alteração de fase e repercutam no e-GESTÃO, como os andamentos relativos ao recebimento de recurso, homologação de liquidação e extinção da execução;
- b) proceda à certificação, na capa dos autos, da alteração, no curso da lide, dos dados que compõem a autuação, registrando no sistema informatizado, vedada a utilização de traço, rasura e qualquer outro meio



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- de sobreposição do termo anterior, procedendo igualmente aos registros respectivos no inFOR;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);
  - d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
  - e) quando da juntada de documentos reduzidos, observe rigorosamente o que determina o art. 68 e §§ da CPCR;
  - f) sempre que recebidas petições e/ou documentos ou praticados atos processuais enquanto os autos estiverem fora de Secretaria, providencie a formação dos autos provisórios, observando o procedimento previsto no art. 105, §1º, da CPCR;
  - g) atente para os requisitos estabelecidos no art. 53 CPCR ao preencher a folha de carga de processos;
  - h) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT), bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique alteração na contagem.

### **ITEM 9 (PJe-JT)**

Recomenda-se:

- a) cuidadosa atenção à análise de prevenção, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a triagem inicial nos processos eletrônicos siga sendo feita diariamente e que entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial, quando esta não se der automaticamente (v.g., processos do rito sumaríssimo), observe-se o prazo máximo de sete dias;
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento.

Recomenda-se, ainda:

- que os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

### **13 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Sérgio Rodrigo Colla (OAB/RS 42111), o Presidente da Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Santa Rosa – ACISAP, Mogar Sincak, e o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística de Santa Rosa - SINTRALOG, Clóvis Schneider, que elogiaram a atuação de juízes e servidores do Foro Trabalhista de Santa Rosa. Os visitantes suscitaram questões relativas ao critério de fixação de honorários periciais e atuação de determinado perito, esclarecendo que já protocolaram denúncia junto ao CREA, entregando à Vice-Corregedora documentação ilustrativa de suas manifestações. A Vice-Corregedora disse, na oportunidade, que quanto às questões jurisdicionais não compete à Corregedoria intervir. No que pertine à mencionada documentação, relativa à atuação de determinado perito, entregou a documentação à Corregedoria para ciência e, se o caso, encaminhamento e deliberação.

### **14 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

### **15 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz titular Cláudio Roberto Ost, pela Diretora de Secretaria Ivone Catarina Lavall e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**

**CARMEN GONZALEZ  
Vice-Corregedora Regional**